



MEMÓRIAS DO EXÍLIO: UNIVERSIDADE E MILITÂNCIA FEMININA NA DITADURA CIVIL, MILITAR E EMPRESARIAL BRASILEIRA (1964 -1985)

Paula Crystina Gomes França – UEG

Keides Batista Vicente – UEG

Guilherme Teixeira Gomes – UEG

Grupo de Trabalho: GT 2 - Democracia, Conjuntura Política, Sofrimento e Resistências

RESUMO:

Esta pesquisa investiga o papel das universidades brasileiras durante o regime militar (1964–1985), tendo como objeto de análise as experiências de mulheres exiladas e militantes políticas, compreendidas a partir das relações entre educação, memória, gênero e autoritarismo. Parte-se do pressuposto de que as universidades constituíram espaços marcados por profundas contradições, nos quais coexistiram práticas de repressão, vigilância e exclusão, ao lado de possibilidades de modernização, resistência, produção do conhecimento e reconstrução de trajetórias acadêmicas e políticas. O objetivo consiste em analisar como essas instituições influenciaram os percursos de mulheres que vivenciaram o exílio político, identificando os impactos da repressão sobre sua formação intelectual e as estratégias de sobrevivência e reinserção desenvolvidas nesse contexto. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, utilizando como principais fontes as obras Brasil: 1964/1964 Memórias do Exílio – 1 de Muitos Caminhos e Memórias das Mulheres do Exílio, cujos relatos são examinados à luz das contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), acerca das universidades sob a ditadura, Caroline Silveira Bauer (2017), sobre memória e políticas do passado, e Judith Butler (2013; 2024), para a compreensão das relações de gênero e da constituição dos sujeitos. As discussões desenvolvidas evidenciam a importância de incorporar as experiências de mulheres exiladas à historiografia da ditadura civil, militar e empresarial brasileira, reconhecendo a categoria de gênero como instrumento fundamental de análise. Nesse sentido, a memória e o testemunho constituem fontes essenciais para compreender as múltiplas formas de repressão, resistência e silenciamento produzidas pelo regime autoritário, contribuindo para ampliar as interpretações sobre o período e fortalecer a democratização da memória histórica.



Palavras-chave: Universidade; Ditadura militar; Exílio; Gênero; Memória histórica.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária da cidade de Inhumas, estado de Goiás, Mestrado Acadêmico, na linha de pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais, agência de fomento, CAPES, trata-se de um projeto de pesquisa em andamento, assim apresentamos questões iniciais as quais serão desenvolvidas de acordo com a bibliografia e documentos já encontrados.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a universidade durante o referido tempo histórico, buscando compreender de que maneira ela é atravessada por esse regime autoritário, bem como suas contradições e a forma como se configurava esse espaço que era ocupado por distintos sujeitos.

Pretende-se, igualmente, analisar o que a universidade permitiu e propiciou a mulheres que, em razão da perseguição política, foram levadas ao exílio. Deste modo a incursão que aqui se apresenta busca responder a seguinte problemática: Qual foi o papel das universidades durante a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964 -1985)? Que papéis essas instituições desempenharam na trajetória de mulheres exiladas, em especial no processo de sobrevivência, militância e reconstrução de suas vidas pessoais e profissionais?

Ao analisar as universidades sob uma perspectiva de gênero em um contexto de ruptura democrática, a pesquisa contribui para a elaboração da memória histórica desse período, evidenciando tanto os mecanismos de repressão quanto às formas de resistência, atuação e sobrevivência das mulheres no espaço universitário e no exílio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ancora-se em três eixos interligados: a historiografia sobre a ditadura militar (1964-1985); os estudos sobre a universidade; e a



perspectiva de gênero como categoria de análise das experiências de mulheres exiladas. Para compreender o regime autoritário, mobilizam-se as contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Caroline Silveira Bauer (2017) e Carlos Artur Gallo (2018), que analisam a repressão e a produção memorialística do período.

Sobre a universidade, destaca-se José Willington Germano (1993), que investigou seu papel ambíguo durante o regime, ora como espaço de resistência, ora de cooptação. E no que tange ao gênero, a pesquisa fundamenta-se em Judith Butler (2013/2024), cuja teoria da performatividade desnaturaliza hierarquias e permite compreender o gênero como construção social, e em Jacques Derrida (2000), cuja desconstrução problematiza categorias fixas como "militante" e "exilada".

Além disso, a articulação com o conceito de patriarcado de Saffioti (2004) oferece fundamentos para analisar as relações desiguais de poder que estruturavam a sociedade e o ambiente acadêmico. Por fim, a valorização da memória e do testemunho conforme Gallo (2018) são centrais para esta investigação, pois problematiza os silêncios perpetuados pela historiografia tradicional.

3. METODOLOGIA

A pesquisa terá abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. As fontes principais são as obras Brasil: 1964/19?? Memórias do Exílio – 1 de Muitos Caminhos (1976) e Memórias das Mulheres do Exílio (1980).

Ambas as obras reúnem depoimentos de vítimas do regime autoritário colhidos no exílio. A primeira apresenta relatos de homens e mulheres que sofreram a repressão; a segunda se dedica exclusivamente às narrativas femininas. Trata-se, em ambos os casos, de um esforço coletivo de elaboração e construção de memórias, no segundo caso, acrescido da perspectiva de gênero. A centralidade da memória e do testemunho permitem acessar dimensões subjetivas e políticas invisibilizadas pelos registros oficiais.



4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A historiografia sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964– 1985) tem avançado no sentido de incluir novos sujeitos e novas perspectivas, deslocando o olhar de narrativas exclusivamente centradas nos agentes masculinos e institucionais.

Nesse movimento, a incorporação das mulheres como objeto da História e a valorização da categoria de gênero como instrumento analítico tornam-se fundamentais para compreender como se produziram resistências, deslocamentos e reconstruções identitárias em meio à repressão.

Pensar a experiência de mulheres exiladas amplia o escopo da análise, uma vez que suas trajetórias revelam não apenas o exílio político, mas também o deslocamento de gênero em instituições historicamente masculinas.

A valorização da memória e do testemunho como fontes históricas é central para compreensão da experiência de mulheres em contextos de repressão, a produção memorialística sobre a ditadura de 1964 não apenas enfatiza trajetórias individuais, mas também problematiza os silêncios e apagamentos produzidos pelo regime e, muitas vezes, perpetuados pela historiografia tradicional.

Trata-se, portanto, de um movimento que contribui para a democratização da memória promovendo novas formas de compreender a historicidade das experiências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades, enquanto instituições de formação humana sempre ocuparam lugar central nos processos de disputa política e social, assim sendo, pensar esta instituição durante períodos de repressão tais como o da ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985) é de suma importância para compreensão da repressão e da contra repressão no cenário brasileiro.

Nesse sentido, as posições institucionais assumidas por essa instituição implicam diretamente no delinear da história, ou propiciando e fomentando a



repressão ou em contrapartida permitindo a luta e sendo espaço de resistência, de sobrevivência e de criticidade.

Além disso, pensar a universidade nesse contexto é também compreender como a repressão e as universidades impactaram vidas, carreiras e trajetórias, também estudar períodos autoritários é ainda efetivar o direito fundamental à memória, é lembrar para nunca mais acontecer, é fortalecer a democracia e é também uma forma de embate com o forjado esquecimento e com direitos violados.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BUTLER, Judith P. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (dir e coord.). **Memórias do exílio: Brasil 1964-1979: 1 DE MUITOS CAMINHOS.** Organização de Patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. 1. ed. em português e 1.ed. mundial. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Livramento Ltda., nov. 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAIS, Maria Teresa Porciuncula; MORZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (Org.). **Memórias das mulheres no exílio.** Organização de Patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado:** crimes da ditadura, “leis de impunidade” e decisões das supremas cortes no Brasil e na Argentina. Curitiba: Appris, 2018.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Gênero, patriarcado, violência** - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 - (Coleção Brasil Urgente).